

Que futuro para o Alentejo em plena transformação?

Seminário realizado no Centro CARMEN em 5/10/2019 - Relatório do seminário e perspetivas para o futuro

Samuel Thirion (CARMEN)



No dia 5 de Outubro de 2019, realizou-se no Centro CARMEN¹ um seminário sobre a questão "Que futuro para o Alentejo em plena transformação?" com 35 participantes de várias origens. Os debates destacaram a necessidade de construir uma visão partilhada de como deveria ser um futuro sustentável para esta região, a fim de evitar que as grandes transformações em curso produzidas pela globalização tenham consequências que possam se tornar desastrosas.

Apresentação geral do seminário

Sendo uma área predominantemente rural, de baixa densidade e forte identidade cultural, marcada por séculos de um sistema agropastoril e florestal extensivo, com pano de fundo a luta entre latifundiários e trabalhadores agrícolas, o Alentejo está hoje sujeito a três fatores que modificam radicalmente as suas características socioeconômicas, demográficas e culturais:

1. A extensão dos regadios pela construção de barragens. Iniciada nos anos 1950-60, essa extensão gradualmente se espalhou para cobrir uma boa parte da região, nomeadamente com a barragem de Alqueiva e a ligação em rede entre todas as grandes barragens. Num contexto global em que o Alentejo é uma das poucas regiões do mundo com um clima mediterrânico que ainda tenha água, isto teve um efeito altamente atrativo

¹ CARMEN – Centro de Animação Rural para a Mobilização e Expressão do Neurónios – CP 668 Ribeira da Azenha 7645-065 Vila Nova de Milfontes www.carmen.pt. Tel +351 917 938 062 ou +351 963 766 814.

para os investidores em culturas intensivas de amêndoa, olivicultura e fruticultura que estão a transformar a paisagem física e social da região.

2. O desenvolvimento do turismo, especialmente nas zonas costeiras, levando a fortes investimentos em infraestruturas e o desenvolvimento do sector terciário.
3. A evolução demográfica da região, marcada por um êxodo massivo, principalmente dos jovens a partir dos anos 1980, após o fracasso da reforma agrária, e, mais tarde, a imigração de uma mão de obra estrangeira para a agricultura intensiva em áreas de regadios. Soma-se a isso a instalação de neo-rurais, fator essencial de diversificação econômica e inovações rurais.

Como, neste contexto, pensar o futuro do Alentejo, conciliando a sua riqueza cultural com estas novas transformações? Que nova configuração está surgindo no contexto da globalização e da mudança climática? Quais são os desafios ambientais, sociais, econômicos e culturais no futuro?

Para debater estas questões, as associações CARMEN e AEIDL organizaram um seminário em 5 de Outubro de 2019 para reflexão e intercâmbio entre pessoas com conhecimentos e experiências diversos. Foram enviados 108 convites; houve 47 inscritos e ao final 36 participantes, com perfis diferentes e complementares. Previamente ao seminário decorreram [três dias de visitas de campo no Alentejo](#), permitindo intercâmbios com eleitos locais, empresários e associações portadoras de várias iniciativas.

Os debates durante o seminário foram organizados em torno de 4 temas, cada um dos quais foi objeto de uma sessão:

Sessão 1: Transformação de paisagens físicas e sistemas de produção agrícola

Sessão 2: Transformação de paisagens humanas

Sessão 3: Transformação da economia local

Sessão 4: Transformação ecológica e ambiental

Cada sessão foi introduzida por duas breves intervenções, seguidas de um debate aberto. Seguem as principais conclusões e perspetivas para a continuação do seminário.

Principais conclusões

O contexto

Tradicionalmente e desde a reconquista cristã e a perda das técnicas de jardinagem dos árabes há quase oito séculos, o Alentejo tem sido uma região escassamente povoada, com grandes propriedades conhecidas como latifúndios, oscilando entre o cultivo de cereais e os sistemas silvipastoris extensivos, em função das tendências de preços e da qualidade dos solos. Por consequente, o sistema latifúndio era baseado num sistema salarial negociado diariamente na praça das aldeias, sem nenhuma ligação social fixa entre trabalhadores e latifúndios, com exceção dos gerentes (feitores) e pastores. Era completado por contratos sazonais com meeiros precários (seareiros) para assegurar as culturas cerealíferas mais ou menos ocasionais, necessárias para a manutenção rotativa das pastagens.

Neste contexto, o Alentejo é uma região profundamente marcada por uma cultura de luta de classes entre os trabalhadores agrícolas, largamente maioritários, que tinham de se deslocar para encontrar trabalho de acordo com as campanhas agrícolas, e os proprietários de terras que viviam principalmente nas cidades. Esta cultura reflete-se nas canções (o canto alentejano) e nos movimentos sociais que abalaram a região, especialmente no século XX: revoltas e greves de 1910, 1918, 1962 e mais recentemente o movimento de ocupação de terras de 1975. Este último revelou uma particularidade desta cultura ancestral, a de uma aspiração profunda e geral à organização coletiva da produção em forma cooperativa, inclusivamente por parte dos seareiros, que foram um dos pilares deste movimento. Quarenta e cinco anos depois, o êxodo

maciço, particularmente dos jovens, na sequência, entre outras coisas, da restituição de terras e dos efeitos da globalização, apagaram os seus traços, pelo menos na aparência.

Além disso, a introdução e generalização gradual da agricultura irrigada por meio da retenção da água da chuva, com a construção de grandes barragens a partir da década de 1950, trouxe uma grande mudança nesta história ancestral em termos económicos, sociais, culturais e ecológicos. No plano económico, o rendimento por hectare na agricultura irrigada é, em média, dez vezes superior ao das zonas secas, levando a uma explosão do preço da terra. No plano social, o desenvolvimento de contratos de trabalho fixos ou sazonais necessários para as culturas irrigadas e a utilização da emigração para compensar o êxodo rural levaram a uma mudança radical nas relações sociais e demográficas. Nas zonas interiores, muitos presidentes de juntas de freguesia ou de concelhos vêem nestas novas perspectivas uma grande oportunidade para os seus territórios que estavam em pleno processo de desertificação humana e de desaparecimento dos serviços básicos. Nas zonas costeiras, o desenvolvimento do turismo e a extensão do centro industrial de Sines foram também fatores de transformação económica e social, bastante bem recebidos pelos eleitos, preocupados com o emprego e a consolidação do tecido socioeconómico local.

Apesar destas novas oportunidades económicas, o Alentejo enfrenta um futuro incerto e muito preocupante. Muitos fenômenos produzidos pela globalização surgiram sem que ninguém estivesse preparado, como os investimentos em agricultura irrigada intensiva em grande escala (oliveiras, amendoeiras, uvas de mesa, etc.), as novas ondas de imigração maciça e, em breve, a expansão do porto de Sines com investimentos chineses. Ora estes fenômenos estão a atingir uma escala desproporcionada, devido ao facto que no contexto internacional, o Alentejo surge como uma das únicas regiões mediterrânicas do mundo onde ainda há água, atraindo investidores estrangeiros de países onde a água já não está disponível (Espanha, Califórnia,...).

Como evitar os efeitos negativos da agricultura intensiva em grande escala, como já se verificou nestes países, nomeadamente em termos de conservação ambiental e de gestão da água a longo prazo? Como resolver o problema do pólo industrial de Sines, ainda quase inteiramente baseado na exploração de combustíveis fósseis (petróleo, carvão) quando os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem o seu abandono rápido? Como lidar com o problema da imigração de uma forma racional e humana e não à mercê dos interesses financeiros de intermediários com todo o sofrimento que isso implica?

A procura de caminhos futuros sustentáveis

Estas foram algumas das questões que os participantes no seminário abordaram durante o dia. Questões tanto mais de atualidade que os efeitos negativos das tendências em curso já se fazem sentir. A água de barragens como a de Santa Clara está no seu nível mais baixo em 10 anos, numa altura em que a procura doméstica, agrícola e turística está a crescer rapidamente.

Muitos participantes são portadores de inovações e formas de atuar que podem abrir soluções para o futuro. Jean-Paul Brigand ressaltou que o problema não é a falta de água, mas os desperdícios (50% não utilizados no caso da barragem de Santa Clara). Ele e a sua companheira Anne desenvolveram desde há 10 anos um sistema de fruticultura muito eficiente em termos de água, graças a utilização de coberturas minerais. Experimentando a introdução e preservação de um grande número de variedades anteriormente presentes ou recém aclimatadas, identificaram diferentes produções que respondem a nichos de mercado específicos e podem ser produzidas em pequena escala. Outros, como Andrea Presti, Alfredo Sendim e muitos recém-chegados, estão desenvolvendo formas de agroecologia (permacultura, agroflorestação, agricultura orgânica, biodinâmica, etc.) que, além de economizar água, garantem a proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Outros, como os Cabazes da Horta

e as novas AMAPs ou CSAs², criam formas de venda direta e solidariedade entre consumidores e produtores para assegurar um rendimento suficiente a estes últimos, preservando os sistemas agroecológicos tradicionais, menos produtivos mas sem impacto negativo no ambiente.

Fora do setor agrícola, os participantes testemunharam, antes e durante o seminário, sobre numerosas iniciativas visando uma economia sustentável a longo prazo e enfrentando os principais desafios das alterações climáticas e da transição ecológica. O Grupo [Transição de São Luis](#) tem trabalhado por mais de 10 anos para aumentar a conscientização coletiva sobre a necessidade de mudança de estilo de vida e uma economia livre de energias fósseis. [A comunidade e eco-aldeia de Tamera](#) é também um lugar para novas experiências para a transição, desde os anos 90, nomeadamente na luta contra a desertificação, a permacultura e as energias renováveis. A associação de mulheres de Vale de Santiago, animada por Cristina Miranda, recria um espaço de convívio numa zona desertificada, habitada quase exclusivamente por idosos. Todas estas iniciativas fazem parte de uma mesma vontade de sair do círculo infernal do crescimento económico para a criação de empregos, reintroduzindo uma noção de viver bem conjuntamente. Convergem com um movimento de fundo envolvendo um número crescente de pessoas anteriormente integradas na economia urbana e que decidiram deixar os seus empregos para se instalarem no Alentejo e reconstruírem uma vida mais equilibrada e em harmonia com a natureza.

Outras iniciativas visam enfrentar os desafios imediatos gerados pelas novas transformações produzidas pela globalização, particularmente no que diz respeito aos migrantes. O testemunho de Ram Kande, um migrante nepalês em Odemira, proporcionou uma melhor compreensão da complexidade das dificuldades que os migrantes enfrentam na sua viagem desde o seu país de origem e nas suas vidas na região. Ele destacou a natureza individual dos seus percursos, com alta exposição a vários riscos. Por seu lado, Ana Paula Mareiras, em representação de Deolinda Seno Luis, vereadora municipal de Odemira responsável pelas questões sociais e migratórias, apresentou os vários problemas que levanta o apoio aos migrantes, os recursos mobilizados pelo município e as dificuldades encontradas. Existe claramente uma lacuna considerável entre o rápido crescimento do número de migrantes e a capacidade real de os receber, como salienta também José Alberto Guerreiro, presidente da Câmara Municipal de Odemira, numa entrevista ao jornal *O Público* em 13 de novembro de 2019³.

A necessidade de agir em conjunto

À medida que os debates avançaram nas quatro sessões sucessivas, a reflexão centrou-se na procura de soluções efetivas para o futuro da região. Isto levou a algumas questões-chave analisadas pelos participantes:

1- Como passar de uma postura reativa frente a imensidão e complexidade dos problemas para uma postura mais proativa e antecipatória?

As respostas dadas aos problemas gerados pelas grandes transformações em curso (disponibilidade de água a médio prazo, poluições de tipos diversos, afluxo maciço de migrantes) são sobretudo reativas: procura-se responder às necessidades mais urgentes, sem ter tempo nem meios para construir uma visão global que possa enquadrar estas transformações numa perspetiva sustentável a longo prazo. A construção de tal visão parece essencial para que o Alentejo deixe de ser uma região que sofre os efeitos de decisões tomadas noutros lugares sem que os atores locais tenham uma palavra a dizer e a oportunidade de refletir e conceber qual seria o melhor cenário do futuro e como o construir.

² AMAP: Associação para a Manutenção de uma Agricultura de Proximidade ; CSA = Community-Sustainable Agriculture. Estes dois acrónimos correspondem ao mesmo conceito. Ver <https://amap.movingcause.org/> ou https://fr.wikipedia.org/wiki/Association_pour_le_maintien_d%27une_agriculture_paysanne

³ <https://www.publico.pt/2019/11/13/local/noticia/autarca-quer-reforco-servicos-publicos-odemira-devido-numero-imigrantes-1893656>

Várias ideias-chave e pistas de reflexão foram expressas a este respeito durante o seminário, nomeadamente:

- Desenvolver uma gestão racional e eficiente da água em toda a cadeia: preservação, distribuição e uso. Em relação ao uso, é essencial promover sistemas de produção agrícola que consumam o mínimo de água possível, fornecendo orientações e informações sobre as experiências mais sucedidas e acompanhando com um sistema de incentivos e preços adequados.
- Visar formas de produção agrícola que não só consumam pouca água como também protejam o ambiente e a biodiversidade, nomeadamente através da promoção das várias formas de agroecologia.
- Sair do círculo infernal da imigração descontrolada para promover uma imigração racional e respondendo aos interesses de todos: migrantes, famílias e países de origem e região de acolhimento. Por exemplo, a migração poderia ser um veículo de cooperação descentralizada concertada entre os territórios de origem e de acolhimento, dando aos migrantes a oportunidade de se tornarem embaixadores dessa cooperação. Nesta base, o acolhimento dos migrantes poderia ser organizado antecipadamente nas comunidades e nas freguesias.
- Desenvolver uma cultura de convivência, reforçando a solidariedade e a autonomia local em cada comunidade/freguesia em termos de acesso à água, energia, alimentação, habitação e outros recursos básicos, num contexto em que a (re)localização da economia se torna uma necessidade cada vez mais importante. Neste sentido, a aspiração a formas de produção coletiva que se encontram na cultura ancestral do Alentejo é, sem dúvida, um potencial essencial a revalorizar.
- Promover o interesse dos jovens pela região. Num contexto em que os jovens são sobretudo atraídos pelos empregos urbanos e têm os olhos fixados nos smartphones e no que a globalização lhes oferece, ressuscitar o interesse pelo território, a ação local e a aproximação à natureza parece ser um desafio quase impossível. No entanto, muitos jovens, confrontados com a precariedade ou a perda de sentido nos seus empregos, vêm instalar-se no Alentejo a procura de uma vida mais equilibrada. Este fenómeno deveria ser sistematicamente incentivado, facilitando o acolhimento e a integração destes recém-chegados nas comunidades locais.

2- Como passar de iniciativas locais, muitas vezes isoladas, para um movimento global?

Atualmente, muitas iniciativas já estão nestas perspetivas, mas permanecem isoladas e têm uma capacidade limitada de divulgação num contexto global que não lhes é favorável. É essencial mudar radicalmente esta situação, dando às ações locais que melhor respondam aos desafios de longo prazo o estatuto de experiências-piloto reconhecidas e promovidas como tal, em particular pelas instituições públicas. Estas últimas estão demasiado concentradas nas suas próprias agendas com os seus próprios métodos de financiamento e beneficiários. No entanto, a experiência mostra que as iniciativas mais inovadoras e orientadas para o futuro são frequentemente independentes dos fundos públicos europeus, nacionais ou locais. É, pois, necessário um reposicionamento das instituições públicas para que reconheçam e suportem as iniciativas mais inovadoras, sem se limitar a aquelas que apoiam financeiramente, numa perspetiva de ganho mútuo para todos: para as instituições públicas, alargando o círculo de iniciativas que podem apoiar sem necessidade de apoio financeiro adicional; para as iniciativas que adquirem assim legitimidade e reconhecimento, facilitando a sua difusão; e para o território, que assim beneficia dos resultados das iniciativas-piloto já numa escala maior.

Em termos mais gerais, isto levanta a questão dos meios que são mobilizados para aprender e aprender a fazer em conjunto e para capitalizar e difundir os saberes-fazeres. Este é provavelmente um ponto essencial que falta quando comparamos com a situação noutros países

ou regiões que têm os seus próprios centros de investigação a trabalhar em parceria com atores locais e a atuar como catalisadores da aprendizagem partilhada a nível regional.

3- Como conciliar a deslocalização da economia e da produção industrial?

A (re)localização da economia e a promoção de uma maior autonomia das populações locais para satisfazer as necessidades básicas são imprescindíveis para enfrentar os desafios das alterações climáticas e a transição para uma economia sem combustíveis fósseis. No entanto, como salientou Francisco Lampreia, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, haverá sempre necessidade de uma economia industrial e urbana para bens, equipamentos e investimentos que não podem ser produzidos em pequena escala. Ele deu o exemplo do caminho-de-ferro, que atualmente não existe na região e deveria ser programado como um investimento prioritário.

A este respeito, o Alentejo enfrenta também um importante problema de reconversão industrial em Sines. O encerramento previsto da central termoelétrica em 2022 é um primeiro passo nesse sentido. Mas, como explicou Eugénia Santa-Barbara da associação ALA, a reconversão do centro industrial de Sines implica também a criação de novos empregos em sectores de economia sustentável e sem combustíveis fósseis, o que só pode ser feito em concertação com as pessoas envolvidas e as suas respetivas organizações (sindicatos, empregadores, municípios, etc.).

Perspetivas para a continuação do debate após o seminário

Em conclusão, o seminário sublinhou a necessidade de um plano de reconversão global para a região do Alentejo, que possa ser um quadro de referência comum para os investimentos atuais e futuros e responder aos desafios climáticos e aos acordos internacionais, nomeadamente em matéria de redução das emissões de GEE. Um dos maiores desafios é construir respostas adequadas ao que Sérgio Maraschin chamou os dois "elefantes" que são a agricultura intensiva e o pólo industrial e o porto de Sines. Por isso esse plano deveria integrar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável com baixo consumo de água, o desenvolvimento local e a reconversão industrial. Deveria ser concebido em concertação com os diferentes partes interessadas a diferentes níveis.

Os participantes no seminário destacaram as noções de qualidade de vida e de respeito pela natureza como fio condutor de tal plano. Alfredo Sendim propôs a ideia de uma "biorregião", um conceito que integraria estas duas dimensões. A existência de tal plano, mesmo como esboço, teria a vantagem de ser um catalisador do diálogo e da construção de uma visão partilhada, convidando todas as partes interessadas a se reunirem em torno de uma ideia mestre de qualidade de vida para todos, a garantir de forma co-responsável.

Nesta perspetiva, chegou-se no final do seminário a um consenso para dar continuidade ao mesmo, a fim de começar a lançar as bases de tal plano de conversão. Poderiam ser organizados vários seminários temáticos para clarificar as linhas gerais.

O desafio não é simples porque se trata de promover um diálogo entre atores que muitas vezes não costumam falar entre si, ou podem mesmo ter interesses divergentes a curto prazo, mas com competências complementares essenciais. Muitos participantes manifestaram interesse em participar neste processo de uma forma ou de outra.

Helder Guerreiro, Vogal da Autoridade de Gestão da CCDR do Alentejo⁴, manifestou a abertura e o interesse que a CCDR poderia ter em reunir as partes interessadas para contribuir a um debate sobre os Planos de Desenvolvimento da Região. Isto poderia incluir, por exemplo, um debate sobre a introdução de inovações adequadas à fixação da população, especialmente dos jovens, ou visando a adaptação das culturas e dos serviços às novas condições climáticas.

⁴ Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional (Serviços desconcentrados do Estado a nível regional).

A [Associação Europeia para o Desenvolvimento Local \(AEIDL\)](#), com sede em Bruxelas, poderia também desempenhar um papel de interface com os organismos europeus, com vista a desenvolver uma outra relação entre as entidades públicas e a sociedade civil, reconhecendo o carácter pilotas das iniciativas inovadoras que respondem aos desafios do futuro, mesmo quando não recebem financiamento público. Por outras palavras, tratar-se-ia de promover uma relação ascendente e não apenas descendente entre a Comissão Europeias e os atores de terreno. Houve intercâmbios entre as associações AEIDL e CARMEN neste sentido na continuação do seminário.

Saba mais (EN): <https://www.aeidl.eu/images/stories/pdf/alentejo-en.pdf>

Saba mais (FR): <https://www.aeidl.eu/images/stories/pdf/alentejo-fr.pdf>